

Educação patrimonial: a salvaguarda da democracia brasileira

» LEANDRO GRASS

Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), sociólogo, professor, mestre e gestor cultural

» RAFAEL PARENTE

Professor, PhD em educação pela Universidade de Nova York. Foi secretário de Educação do DF e subsecretário de Educação no município do Rio de Janeiro

No aniversário da tentativa de golpe de 8 de janeiro no Brasil, fomos lembrados da preciosidade da nossa democracia. Esse momento histórico sublinha a importância crucial da educação como guardião de nossos valores democráticos. Como Darcy Ribeiro sabiamente disse: “A crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto”. Essa afirmação ressoa fortemente agora, enfatizando que a preservação da nossa democracia começa com uma educação intencional e robusta.

A educação patrimonial, em particular, desempenha um papel central na formação de cidadãos conscientes e comprometidos com a democracia. Ao nos conectarmos com nossa história — pelos museus, movimentos culturais, sítios históricos ou prédios antigos —, não só compreendemos nosso passado, como também forjamos nossa identidade e aspirações futuras. Esses espaços não são apenas armazéns de artefatos, eles são cápsulas do tempo que nos contam histórias de lutas, esperanças e sonhos.

Museus e locais históricos são palcos vivos onde o passado encontra o presente, nos ensinando sobre a complexidade e a beleza da jornada humana. Eles destacam as lutas que moldaram nossa democracia, permitindo-nos valorizar e defender os princípios democráticos que tanto prezamos.

A educação patrimonial também promove o pensamento crítico, essencial para a saúde de qualquer democracia. Ela nos desafia a questionar, analisar diferentes perspectivas e respeitar a diversidade — tudo isso essencial para uma cidadania ativa. Ao aprender com o passado, somos equipados para não repetir os mesmos erros, garantindo um futuro mais justo e brilhante.

Para isso, devemos nos comprometer com uma educação de qualidade e acessível para todos. A educação é o alicerce sobre o qual uma democracia saudável se apoia. Investir na educação e na preservação do nosso patrimônio é investir no futuro da nação.

Só somos capazes de amar aquilo que conhecemos. Precisamos, com a educação patrimonial, aproximar as pessoas de seus



territórios, de seus locais de afeto, de seus patrimônios. Criar a possibilidade de as pessoas conhecerem, entenderem e, a partir daí, valorizarem. Fazê-las não apenas admirar, mas se aproximar, vivenciar, participar e cuidar do nosso patrimônio cultural.

O 8 de janeiro também é consequência do distanciamento de uma parcela da população de seu patrimônio e de sua história. Além de preservar, precisamos ir além e ver o patrimônio como instrumento do desenvolvimento, na medida em que gera emprego, une as pessoas, integra a sociedade. O patrimônio interage com o turismo, com o meio ambiente, com a geração de renda, com a educação e, obviamente, é um grande elemento de promoção cultural.

A data precisa continuar sendo memorada, para que não se repita. É um evento da história que deixou suas marcas. Tivemos prédios, objetos e obras de arte destruídas, danificadas e até roubadas. A maior parte das peças foi ou está sendo restaurada.

Foi um crime, uma barbárie, uma tragédia. Para os brasileiros, uma tristeza ainda maior ao vermos os locais por onde passamos desde criança destruídos com tantas marcas de ódio.

A resposta rápida que foi dada graças à união de esforços entre as equipes do governo federal e dos Três Poderes foi importante também para o Brasil reafirmar e atestar sua soberania institucional e sua soberania para a preservação de seu patrimônio cultural.

Para além disso, a data deixa seus desafios, o maior deles o de fortalecimento de nossa democracia. Além de marcar a importância de cuidarmos de nosso patrimônio cultural, nesse dia significativo, reafirmamos que a salvaguarda da nossa democracia está nas mãos de cada cidadão. O Brasil venceu, a democracia venceu, o povo brasileiro venceu.

Precisamos lembrar do 8 de janeiro para conscientizar, para fazer memória. Precisamos apontar caminhos para que o povo brasileiro, cada vez mais, valorize e viva a democracia. E essa proteção começa com uma educação que celebra, respeita e valoriza nossa rica história e cultura. Com ela, asseguramos que as lições do passado iluminarão nosso caminho para um futuro democrático robusto e inclusivo. Com essa convicção, marchamos adiante, inspirados pelo legado de nossos antepassados e movidos pela esperança de um Brasil melhor para as gerações futuras.

Cinco temas de educação para ficar de olho em 2024

» ERNESTO MARTINS FARIA

Diretor-fundador do centro de pesquisas Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Ilede)

» LECTICIA MAGGI

Gerente de comunicação no Ilede

O calendário muda, mas muitas pendências do ano anterior seguem para o ano que se inicia. Em educação, não poderia ser diferente. Por isso, elencamos cinco temas fundamentais para o futuro da educação pública brasileira que já estavam em discussão em 2023 e devem ter importantes desdobramentos nos próximos meses.

O primeiro é o Novo Ensino Médio. Presente no noticiário do início de 2023 até as últimas semanas do ano, o Novo Ensino Médio seguiu para 2024 sem definição. Para quem não acompanhou de perto a discussão, uma breve (muito breve!) recapitulação: instituído durante o governo de Michel Temer, em 2017, o Novo Ensino Médio começou a ser implementado em 2022 e sofreu duras críticas tanto de estudantes e suas famílias, como de professores e especialistas em educação.

Atualmente, das 3 mil horas da etapa, 1.800 devem ser para as disciplinas obrigatórias comuns do ensino médio, como língua portuguesa, matemática, geografia etc., e o restante, 1.200 horas, para os itinerários formativos (áreas de aprofundamento escolhidas pelos jovens). A expectativa era de que essa customização ajudasse a tornar a etapa mais atrativa, contribuindo para a melhoria da aprendizagem e a redução da evasão. Na prática, porém, as redes de ensino tiveram muita dificuldade para a implementação dos itinerários que, em muitas localidades, se mostraram frágeis e desconexos do currículo.

O Ministério da Educação (MEC), então, abriu uma consulta pública para a reestruturação da política. Considerando as contribuições obtidas, elaborou uma nova proposta para a etapa. Entre as principais mudanças, estão o aumento da carga horária para a formação geral básica para 2.400 horas e a delimitação de apenas quatro possibilidades de itinerários formativos, com a construção de parâmetros nacionais para a sua organização. Enviado ao Congresso em outubro, o projeto de lei é relatado pelo deputado Mendonça Filho (União-PE), que fez mudanças no texto original, propondo, por exemplo, 2.100 horas de formação geral básica. Espera-se que esse imbróglio seja solucionado o quanto antes pelo bem de uma geração de jovens.

Outro tema são as bolsas para garantir a permanência dos jovens no ensino médio. O governo anunciou o pagamento de bolsas mensais a estudantes de baixa renda para que permaneçam na escola, além de uma poupança, que só poderá ser sacada ao término da etapa. O projeto de lei foi aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente Lula no último dia 16. Em entrevista, o ministro da Educação, Camilo Santana, declarou que a intenção do governo é começar o pagamento das bolsas em março. A conferir.

O terceiro ponto é o Compromisso Nacional pela Criança Alfabetizada, instituído, em junho de 2023, por meio do Decreto nº 11.556/2023. A meta é garantir que todas as crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao término do 2º ano do ensino fundamental. Conforme dados tabulados pelo Ilede, considerando o novo critério do MEC para definir se uma criança está alfabetizada (743 pontos na escala Saeb), em 2021, 36% dos estudantes do 2º ano da rede pública estavam alfabetizados. Já na rede privada, a média das crianças foi de 772 pontos e 79% estavam alfabetizadas. Esses números levantam a discussão do quanto 743 pontos é uma barra suficientemente exigente e se não poderíamos esperar mais de nossos estudantes, visto que, na rede privada, a maioria deles está em um patamar mais alto.

A política tem investimento total previsto de cerca de R\$ 3 bilhões (até 2025). Todavia, reportagem da *Folha de S.Paulo* (4/1) revela que o governo teve dificuldades para gerir o orçamento do programa e fechou o ano com apenas “R\$ 318,7 milhões pagos, o equivalente a 45% da dotação atualizada.” Alfabetizar todas as crianças na idade adequada é imprescindível, mas, evidentemente, também um desafio. Por isso, em 2024, essa é uma temática para acompanharmos de perto, assim como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). De cálculo bastante complexo, que envolve a análise de diversos indicadores, o Fundeb é crucial para a redistribuição de recursos da educação. Contudo, atualmente, passa por questionamentos. Por meio de nota, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) afirma que considera “controversa e questionável a definição de novas ponderações para distribuição dos recursos” em 2024.

Isso porque não houve atualização da Lei 14.113/2020, e as regras para este ano foram estabelecidas por meio da Resolução 4, de 30/10/2023. Uma situação que, conforme a CNM, poderia “implicar insegurança jurídica, com possível judicialização, tendo em vista que qualquer mudança nos critérios de redistribuição dos recursos do Fundeb impacta perdas e ganhos aos entes federados”. Especialistas apontam também problemas com o cálculo e a aplicação do indicador de nível socioeconômico (NSE) das redes públicas e com a filtragem das matrículas do Censo Escolar de 2023 para o Fundeb 2024.

Também é preciso ficar de olho no Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O Saeb — principal avaliação de aprendizagem do país — e o Ideb — principal indicador de qualidade da educação — provocaram uma mudança profunda na educação brasileira. Porém, ambos precisam de revisão para que sejam melhores indutores de política pública e colaborem para a construção do sistema educacional que desejamos. Em relação ao Saeb, especificamente, precisamos de uma avaliação que traga itens mais exigentes, eleve a régua de aprendizagem e consiga medir habilidades mais complexas dos estudantes.

Milei, Davos e o dinheiro que não aceita desaforo

» GUILHERME FRIZZERA

Doutor em relações internacionais pela Universidade de Brasília (UnB) e coordenador do bacharelado em relações internacionais do Centro Universitário Internacional (Uninter)

Anualmente, todo mês de janeiro, praticamente todo o PIB mundial se reúne na pequena cidade suíça de Davos. Durante uma semana, o Fórum Econômico Mundial reúne presidentes da República, ministros de Estado, lideranças econômicas e financeiras, ativistas e membros da sociedade civil para discutir sobre o futuro do mundo, principalmente as questões relacionadas à economia, e, nos últimos anos, sobre as mudanças climáticas e políticas sustentáveis.

Para os presidentes recém-empoados, essa é a primeira ocasião para se apresentar ao mundo, minimizando as dúvidas, confirmando algumas impressões e garantindo (ou não) a confiança dos donos do dinheiro. Davos é uma oportunidade ímpar, pois são raros os encontros que proporcionam diferentes atores globais importantes em um único lugar.

O maior destaque, vindo dos Alpes Suíços no encontro realizado neste primeiro mês, foi o discurso do presidente argentino, Javier Milei. Durante 25 minutos, Milei teve a oportunidade de demonstrar, de forma concreta, quais seriam as medidas pretendidas por seu governo para reverter a gravíssima crise econômica que acomete a Argentina. Milei teve um palco, um púlpito e uma audiência para anunciar as balizas econômicas e financeiras consideradas fundamentais para trazer confiança dos donos do dinheiro e investimentos externos sólidos para a Argentina. Mas, como já esperado pelos analistas de política,

resolveu utilizar esse cenário para realizar um discurso vazio de propostas e de ideias.

Estava presente no discurso do presidente argentino todo o roteiro já manjado da nova direita internacional. Destaca-se um ponto importante no discurso: Milei afirmou que o mundo vive a melhor fase de sua história, e isso ocorre por conta do capitalismo. Porém, ao mesmo tempo, esse mesmo mundo passa pela ameaça do avanço do socialismo. É uma contradição que mostra o fraquíssimo discurso do governante argentino — afinal, ou estamos bem por conta da consolidação e do avanço do capitalismo, ou estamos sob ameaça, pois o socialismo se expande no mundo. Em se tratando de economia e por lógica, as duas coisas não podem ocorrer ao mesmo tempo.

A vitória de Donald Trump para presidente dos EUA em 2016 e a de Jair Bolsonaro para presidente do Brasil em 2018 mostraram que o discurso das lideranças da nova direita tem pontos em comum. O risco eminente do inimigo comunista, os valores da civilização ocidental sob ameaça, os movimentos sociais e as ONGs com as suas agendas antiliberais formam um checklist facilmente encontrável em suas falas.

Não se oferece mais um diagnóstico e muito menos a solução para um problema concreto, real e que afeta o cotidiano das pessoas, mas vende-se um palavreado vazio, apontando inimigos e mazelas irrealistas, voltado somente para a sua audiência. São discursos de coaching, e não de política. No caso de Milei, o aspecto de coaching já se

fez presente desde a sua posse, quando ele apontou que a situação ruim da Argentina iria piorar mais, numa espécie de salvo-conduto para as ações que serão tomadas, mas garantindo um futuro promissor depois de alguns anos. “Sem dor, sem ganho.”

No encontro do Fórum Mundial de Davos de 2019, a grande expectativa dos donos do dinheiro era conhecer o presidente Bolsonaro. Depois de cinco minutos de discurso, a percepção geral foi de decepção, pois esperavam que o presidente brasileiro falasse mais sobre o que ele pretendia fazer. Para quem estuda as relações internacionais, o resultado é bem conhecido: tanto no aspecto político quanto no econômico, o Brasil se tornou um pária internacional. Mas aqui há de se destacar que Bolsonaro assumiu o governo brasileiro herdando certa estabilidade econômica e construindo alguma base política, resultando em uma certa margem para poder realizar discursos voltados apenas para a sua base eleitoral. Esse cenário é completamente distinto para Milei, pois ele assumiu um país afundado em uma crise econômica e sem muita base de apoio político no Congresso.

Milei estreou muito mal em sua primeira participação internacional. A sua exposição, provavelmente, não convenceu nenhum dono de dinheiro sério, além de ter confirmado muitas das impressões prévias que havia sobre o presidente argentino. Como Milei se autointitula um “ultraliberal”, é bom ele se lembrar de uma velha máxima financeira: o dinheiro não aceita desaforo. E muito menos os donos dele.